



JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 003/2020

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA OS USUÁRIOS CADASTRADOS NO PROGRAMA DE HIPERTENSÃO E DIABETES – HIPERDIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA.

CONSIDERANDO que a revogação é uma prerrogativa conferida à administração com vistas à defesa do interesse público, detendo esta o poder de revogar seus atos; **CONSIDERANDO** os termos do artigo 49 da lei 8666/93 e alterações posteriores pelo qual a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse publico; **CONSIDERANDO** que revogação da licitação, se assenta em motivos de oportunidade e conveniência administrativa sendo ato privativo da administração; **CONSIDERANDO** que são as conveniências do serviço/aquisição que comandam a revogação e constituem a justa causa da decisão revocatória; **CONSIDERANDO** que objeto licitado solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde precisa ser readequado as novas normas vigentes para melhor atender as necessidades dos pacientes diabéticos **CONSIDERANDO** que a prerrogativa da Administração pública de desfazer seus próprios atos é uma decorrência do exercício da função administrativa; **CONSIDERANDO** que a revogação da presente licitação busca o atendimento do princípio do interesse público ou supremacia do interesse público, no qual o doutrinador Hely Lopes Meirelles, em Direito Administrativo Brasileiro, 32ª Edição, pág. 103, considera um dos princípios de observância obrigatória da



Administração Pública: *“O princípio do interesse público está intimamente ligado ao da finalidade. A primazia do interesse público sobre o privado é inerente à atuação estatal e domina-a, na medida em que a existência do Estado justifica-se pela busca do interesse geral.(...)”*; **CONSIDERANDO** o poder discricionário da Administração de rever os próprios atos e em obediência aos princípios da probidade administrativa e estrito cumprimento do dever legal, **RESOLVE REVOGAR** a presente licitação Processo Administrativo n.º 003/2020 – Pregão n.º 002/2020 por razões de interesse público devidamente comprovadas, o que por si só demonstra o acerto na providência ora adotada, para que, como já mencionado, não havendo, portanto, interesse na continuidade deste procedimento, eis que os fatos apontados são pertinentes o suficiente, para justificar tal conduta. Nos termos do artigo 109 inciso I “c” da lei 8666/93 e alterações posteriores, fica aberto o prazo de 5(cinco) dias úteis para eventuais recursos.

Angatuba, 16 de março de 2020.

JULIANA PEREIRA DE MORAIS

AUTORIDADE COMPETENTE